

DISK-DIARIO 236-0540

Fearnside responde crítica de Belfort

Com referência à matéria "Ignorância gerou as críticas a Gilberto" (O Diário do Amazonas, 82/08/91, p. 5), é importante corrigir os erros grosseiros feitos pelo secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas. O secretário Belfort afirma que eu, estando em Manaus, não devo "falar mal de Balbina". Considero lamentável a implicação de que nós, moradores de Manaus, perdemos o direito de raciocinar e falar sobre um assunto tão importante, para a política ambiental do Estado, quanto Balbina. De fato, as lições de erros graves cometidos em Balbina precisam ser constantemente lembradas e discutidas, para não repetirmos esta história muitas vezes no futuro.

O secretário diz que "toda a energia que é consumida em Manaus provém da hidrelétrica". Informo a ele que Balbina não supre toda a energia de Manaus, e que o parque termo-elétrico da cidade continua funcionando a todo vapor. É surpreendente que o sr. secretário não saiba disso.

O fato que Balbina não atenderia a demanda de Manaus já era conhecido antes de se fazer o grosso dos investimentos e muito antes de se fechar o rio Uatumã, em 01/10/87. A baixa potência de Balbina indicava desde o início a necessidade de outras fontes de energia para abastecer Manaus — o plano era a construção da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, há 500 km ao nordeste da cidade. O cronograma da Eletronorte, na época do fechamento de Balbina, indicava que Cachoeira Porteira ia começar a funcionar apenas sete anos após a Balbina. Já que Cachoeira Porteira (com quase seis vezes mais capacidade instalada do que a Balbina) teria potência suficiente para suprir Manaus sem Balbina, poderia se ter feito apenas uma hidrelétrica (C. Porteira), com metade do custo e metade dos impactos, que vamos ter agora com as duas hidrelétricas.

O suprimento de apenas uma parte da demanda de Manaus durante sete anos não justifica o altíssimo custo da construção de Balbina (US\$ 3.000/kw instalada, pelo valor oficial), muito menos o seu impacto ambiental e humano. A decisão

é comprovada pelos erros notáveis nas declarações do Sr. Belfort. Os cálculos dele sobre o dinheiro poupado por Balbina em gastos para compra de petróleo são completamente inválidos, sendo que omitem o custo astronômico da construção da barragem, e dos juros sobre a dívida contraída para isto.

Comprar petróleo até o início do funcionamento da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, teria sido muito mais barato que a construção de Balbina. Mesmo se o Sr. Belfort tivesse calculado os dólares poupados por Balbina corretamente, a comparação que ele faz de Balbina com a agricultura no sul do país é simplesmente equivocada, já que uma coisa nada tem a ver com a outra. A comparação deveria ser feita com maneiras alternativas de fornecer e/ou conservar energia. Sempre existiram outras alternativas mais baratas do que Balbina: o aproveitamento de Cachoeira Porteira, a geração de energia com gas do Urucú ou do Juruá, e a transmissão de energia de Tucuruí.

Balbina causou imensos impactos, em troca de um míngua benefício. Estes estão detalhados no meu livro A Hidrelétrica de Balbina: O Faraonismo Irreversível versus o Meio Ambiente na Amazônia, publicado na semana passada pelo Instituto de Antropologia Meio-Ambiente (IAMA), rua Turi, Nº 16, São Paulo-SP, CEP 05.443, tel: (011) 210-1338. Uma discussão abreviada pode ser encontrada no meu trabalho "Balbina: Lições trágicas na Amazônia", publicado no ano passado no número 64 da revista Ciência Hoje, páginas 34-40.

O Código Amazônico propõe a transferência para os governos estaduais de toda a autoridade com relação ao licenciamento de projetos de desenvolvimento, incluindo até projetos realizados dentro de Reservas Indígenas e Ecológicas. Já que o secretário Belfort acredita que a construção de Balbina foi uma decisão defensível, e até louvável, é difícil imaginar quais impactos ele acharia inaceitáveis, numa proposta de desenvolvimento que fosse submetida para ele analisar. Será que é necessária uma melhor evidência de que os governos estaduais ainda não se encontram

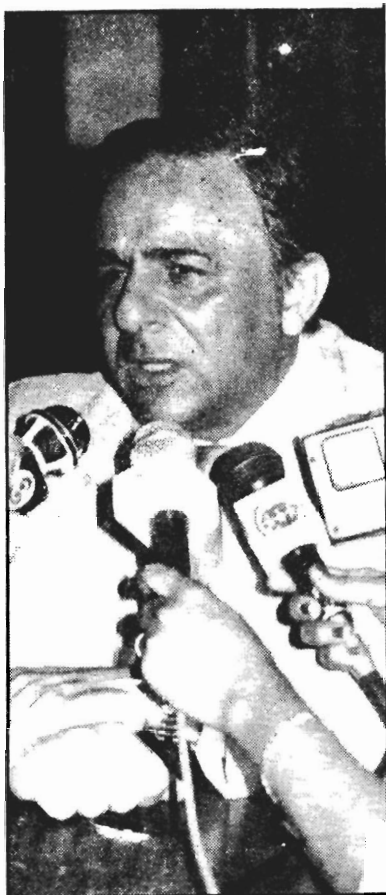
inicial de se construir Balbina foi um erro que tem sido largamente reconhecido, inclusive pelos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte (vem "Os prós e contras de Balbina", A Crítica, 12/02/89, Cad. 1, p. 7).

A aprovação da Licença de Operação de Balbina, pelo governo estadual, foi, de fato, um escândalo das maiores proporções. O jornal A Crítica patrocinou a primeira discussão pública de Balbina, em agosto de 1987. Eu, inclusive, participei dos debates, realizados na Associação Comercial. Sem dúvida, a Eletronorte levou a pior nesta discussão. A Lídia Loureiro, diretora da Codeama, ficou impressionada com os argumentos contra Balbina, documentado na matéria "Debates sobre Balbina têm elogio do Codeama" (A Crítica, 27/08/87, Cad. 1, p. 3). A comissão técnica que a Codeama tinha formado para analisar os estudos ambientais de Balbina, do qual dois pesquisadores do Inpa participaram, se posicionou contra a aprovação da licença. Nesta altura, em 22 de setembro de 1987, a diretora da Codeama foi subitamente retirada do cargo e substituída por Sérgio Figueiredo, que assinou a Licença de Operação de Balbina apenas nove dias depois, em 01 de outubro. Naquele mesmo dia a Eletronorte fechou, em sigilo, a última adufa da barragem, começando o enchimento do lago um mês antes da data (30 de outubro) que aquele órgão havia divulgado publicamente como a data programada para o fechamento.

A falta de discussão pública sobre Balbina antes e durante seu longo período de construção foi um impedimento básico à tomada de uma decisão mais sensata. A falta de informações adequadas sobre Balbina permanece até hoje, e

em condições de assunir toda a responsabilidade para a aprovação de projetos com grandes impactos sobre o meio-ambiente?

Philip M. Fearnside, Pesquisador Titular — Coordenação de Pesquisa em Ecologia — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA.



Belfort sofre contestação (Foto: DA)